



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
Plenário Ver. José Carlos Guerra
“ Terra do melhor café”

TERMO DE REFERÊNCIA

I - OBJETO:

1.1. Aquisição de materiais de limpeza e higiene em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Carmo de Minas/MG, conforme descrição abaixo para o período de 12 (doze) meses.

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO R\$	VALOR MÉDIO TOTAL R\$
1	GUARDANAPO DE PAPEL. Especificação: branco, macio, tamanho pequeno, aproximadamente 20cm X 23cm, com 100 unidades.	UN	100	2,67	267,00
2	PAPEL TOALHA BRANCO INTERFOLHADOS C/ no mínimo 800 FLS . Especificação: fls 100% celulose, branco, macio, 02 dobras, medidas 21 cm x 23cm forma de fornecimento.	UN	20	14,11	282,20
3	PANO DE PRATO 42 X 65 CM. Especificação: Pano de copa e cozinha, composto de 100% algodão alvejado, medindo aproximadamente 42 X 65 cm, com bainha, na branca, com estampas diversas.	UN	12	6,52	78,24
4	PAPEL HIGIENICO, PCT C/ 04 RLS, SUPERMACIO Especificação: folhas brancas, supermacio, folhas duplas, neutro, testado dermatologicamente. Pacote com c/ 4 und, medindo 30m x10cm cada rolo. Marcas de referência: Mili e Fofinho.	UN	100	7,27	727,00
5	LIMPADOR PERFUMADO CONCENTRADO, frasco com 1 litro, fragrâncias diversas. Marcas de referência: Uau, Casa.	UN	40	9,75	390,00
6	ESPONJA MULTIUSO, dupla face, pacote com 4 unidades.	UN	10	5,19	51,90



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
Plenário Ver. José Carlos Guerra
“ Terra do melhor café”

Valor total estimado: R\$ 1.796,34 (mil setecentos e noventa e seis reais e trinta e quatro centavos).

1.2. A natureza do objeto consiste em bens/serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/21. Não consistem, portanto, em bens de luxo.

1.3. O prazo para a assinatura do instrumento do contrato é de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação para a respectiva formalização.

1.4. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser alterado ou rescindido conforme as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO, JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A presente contratação fundamenta-se nos estudos técnicos preliminares, a ser realizada sob a égide da Lei Federal 14.133/21 e suas posteriores alterações, bem como na Portaria nº 16/2023 da Câmara Municipal, que regulamentou a Dispensa de Licitação, na forma Eletrônica, no âmbito do Legislativo.

2.2. **Justificativa para contratação:** A contratação em questão tem como finalidade assegurar a limpeza e a higienização adequadas dos espaços físicos da Câmara Municipal de Carmo de Minas, especialmente considerando o fluxo constante de pessoas que circulam diariamente pelo local. A medida visa prevenir a disseminação de vírus, bactérias e demais agentes nocivos à saúde, promovendo um ambiente mais seguro e adequado para servidores, vereadores e cidadãos. Além disso, os materiais a serem adquiridos contribuirão para a conservação das dependências e a realização eficiente das atividades legislativas, conforme especificado no Termo de Referência anexo.

2.3. O principal objetivo é garantir padrões adequados de limpeza e higiene em todas as áreas da Câmara, oferecendo um ambiente organizado e seguro para o atendimento ao público e o desempenho das funções institucionais. Com a utilização regular de produtos



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
Plenário Ver. José Carlos Guerra
“ Terra do melhor café”

de limpeza, será possível melhorar as condições de trabalho dos servidores, além de proporcionar um atendimento mais digno e eficiente à população que busca os serviços do Poder Legislativo Municipal.

2.4. A aquisição também se justifica pela necessidade de manter o estoque do almoxarifado devidamente abastecido, de modo a atender com presteza às demandas dos diversos setores da Câmara. Os itens solicitados são essenciais para a manutenção diária dos espaços, sendo indispensáveis para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

2.5. As quantidades foram definidas com base em um levantamento detalhado das necessidades dos setores internos, aliado à análise do consumo registrado em períodos anteriores. Tal estimativa permite uma contratação equilibrada, evitando excessos, otimizando o uso dos recursos públicos e prevenindo perdas decorrentes de vencimentos ou armazenagem prolongada, em alinhamento com os princípios da eficiência e economicidade.

2.6. Diante do exposto, conclui-se que a contratação dos materiais de limpeza e higienização é medida necessária e estratégica para assegurar o funcionamento regular e eficiente da Câmara Municipal de Carmo de Minas. A ação contribui diretamente para o bom desempenho das atividades administrativas e legislativas, trazendo benefícios diretos à gestão, aos servidores e à população local, com base em critérios técnicos e nas melhores práticas do setor.

III – DOS SERVIÇOS/AQUISIÇÕES A SEREM EXECUTADOS/ADQUIRIDOS:

3.1. O objeto do presente procedimento será solicitado conforme necessidade da Câmara Municipal, através de Ordem de Compras emitida pelo setor competente, podendo ser solicitadas pequenas quantidades.

3.2. A contratação será efetuada através de solicitações pelo agente competente conforme demanda.

3.3. A Câmara Municipal poderá efetuar averiguação da qualidade dos itens fornecidos, em qualquer tempo do contrato.

3.4. O faturamento será efetuado MENSALMENTE a cada período de 30 dias, em que serão juntadas todas as requisições de fornecimento daquele mês de referência;



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
Plenário Ver. José Carlos Guerra
“ Terra do melhor café”

3.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o pagamento será realizado após a regularização, sendo que o prazo de pagamento será contado a partir da reapresentação dos documentos;

3.6. As unidades requisitantes não estão autorizadas a receber produto diverso do licitado sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.

3.7. A capacidade técnica do licitante no cumprimento do objeto licitado será analisada mês a mês, conforme cumprimento do fornecimento e, ainda, quanto à qualidade do produto apresentada. No caso de não atendimento em alguma questão será realizada notificação, no caso da prestação estar conforme exigido, a relação contratual segue sem demais acertos ou documentação.

3.8. A entrega dos itens deverá ser realizada na Câmara Municipal de Carmo de Minas, das 8h até as 17h, de segunda a sexta-feira. Endereço: Rua Dra. Maria Aparecida Chaib, 165 – Centro, Carmo de Minas, MG.

3.9. A entrega dos itens solicitados deverá ser realizada em até 5 (cinco) dias úteis, após recebimento da autorização de fornecimento encaminhada pelo departamento solicitante.

IV - DA HABILITAÇÃO

4.1. Para fins de habilitação jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c) Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.2. Da regularidade fiscal, social e trabalhista:



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
Plenário Ver. José Carlos Guerra
“ Terra do melhor café”

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
- b) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta de Débitos Federais e Dívida Ativa da União), estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - FGTS, através de Certificado de Regularidade Fiscal emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT.

IV - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- d) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento, referente ao objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
Plenário Ver. José Carlos Guerra
“ Terra do melhor café”

V - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990); substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, se aplicável;
- c) comunicar à Contratante, no prazo máximo 24 (vinte e quatro) que antecede a entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto ou alguma interrupção, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) indicar preposto/representante para representá-la durante a execução do fornecimento.

VI - DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

VII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. No decorrer da entrega dos bens ou serviços estabelecidos neste Termo de Referência, caso o Fornecedor cometa qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às seguintes sanções:

7.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
Plenário Ver. José Carlos Guerra
“ Terra do melhor café”

7.1.2. Multa moratória de até 1 % (um) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da proposta vencedora, até o limite de 10 (dez) dias;

7.1.3. Multa compensatória de até 10 % (dez) por cento sobre o valor total da proposta vencedora, no caso de inexecução total;

7.1.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

7.1.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Órgão Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) anos.

7.1.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições

VIII - DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

8.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

8.1.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

8.1.2. - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

8.1.3 - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

8.1.3.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
Plenário Ver. José Carlos Guerra
“ Terra do melhor café”

- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- i) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

8.1.3.2 - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

8.1.3.4. A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

8.1.3.5. Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

8.1.3.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

IX - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
Plenário Ver. José Carlos Guerra
“ Terra do melhor café”

9.1. Nos termos artigo 117, da lei 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei 14.133/2021.

9.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. A fiscalização ficará a cargo de servidor designado pela autoridade competente.

9.5. A gestão do contrato ficará a cargo do Presidente da Câmara Municipal.

X - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal ao departamento de compras da Câmara de Carmo de Minas;

10.2. Dotação orçamentária: Reduzido 14: 01.01.02.01.031.0001-2.003-3390.30.00 – Material de consumo

XI – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO, EQUILÍBRIO E REAJUSTE CONTRATUAL

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para apresentação das propostas.

11.1.1. Índice estabelecido para reajuste: IPCA

11.2. O equilíbrio econômico-financeiro será garantido na forma da lei, desde que sejam observadas as exigências legais e que apresentados todos os documentos comprobatórios, dentre eles:



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
Plenário Ver. José Carlos Guerra
“ Terra do melhor café”

- a) Quando se tratar de análise de equilíbrio econômico-financeiro, as notas fiscais primeiramente aceitas não poderão exceder o prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores à data da proposta.
- b) Para análise do segundo equilíbrio econômico-financeiro e seguintes, a contratada enviará a última nota (já constante no processo quando da análise do primeiro equilíbrio) apresentada e a nota que originou a alteração do preço. Do contrário o equilíbrio será negado.

11.3. O prazo de vigência do Contrato Administrativo é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

XII - VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

12.1- Valor total estimado: R\$ 1.796,34 (mil setecentos e noventa e seis reais e trinta e quatro centavos).

12.2. Os valores estimados referem-se preço médio cotado no mercado.

XIII - DA PROPOSTA

13.1- Na proposta de preço deverá constar:

- a) Planilha indicativa de valor unitário e total, em conformidade com a descrição e quantidades constantes na tabela deste Termo de Referência;
- b) Marca do produto a ser fornecido, sob pena de desclassificação;
- c) Valor global da proposta.

Observações:

c.1. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data aprazada para sua entrega;

c.2. Quaisquer inserções que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

XIV – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
Plenário Ver. José Carlos Guerra
“ Terra do melhor café”

14.1. A contratação se dará por meio de dispensa de licitação, com amparo no art. 72 e art. 75, inciso II, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de serviços que envolva valores inferiores à R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)¹.

14.2. O critério de julgamento será o de menor preço.

XV - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

15.1. Este Termo de Referência rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

XVI – DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO

16.1. Respeitando o Princípio da Vinculação, a contratação vincula-se ao Documento de Formalização de Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), à Proposta de Preços, bem como ao Contrato Administrativo ou outro documento que o substitua.

XVII - DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

17.1. O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, permitindo a avaliação de custos e demandas, e possui anexo os orçamentos e planilhas de preços de mercado, definindo a sistemática de suprimento, critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos de entrega e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva.

Câmara Municipal de Carmo de Minas/MG, 16 de junho de 2025.

Responsável

¹ O Decreto Federal nº 12.343/2024 atualizou o valor do art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/21 para R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).